

Governo só cumprirá o orçamento se tiver receita

BRASÍLIA — O Governo cumprirá o orçamento de 1991 apenas se tiver receita para custear as despesas, segundo afirmou ontem o Diretor do Departamento de Orçamentos da União, Cláudio Forghieri. Independentemente da decisão do Congresso de aumentar as receitas públicas e da constitucionalidade da iniciativa, o Tesouro não é obrigado a cumprir o orçamento integralmente, porque o Legislativo apenas autoriza os gastos e não os determina.

— O melhor era não mexer na estimativa de receita, porque estamos fazendo uma reavaliação da conjuntura e não temos indicações de que obteremos crescimento da arrecadação no próximo ano. No entanto, não vejo na iniciativa do Congresso de aumentar a receita um problema insólúvel, porque se ela não ocorrer, o Governo não executará o orçamento integralmente — disse.

Forghieri não quis avaliar juridicamente a atitude do Legislativo, porque se os parlamentares apontarem erros de estimativa da arrecadação feita pelo Executivo, indicando fontes de receita criadas depois da elaboração do orçamento (feito em julho, antes do aumento da base tributária do IOF, por exemplo), a decisão é constitucional. Ele somente recomendará vetos às emendas do

Congresso se forem inconstitucionais. O simples aumento da receita, ainda que se revele posteriormente frustrado, não requer vetos, disse.

A Comissão Mista de Orçamento, por sua vez, alterou, em parecer preliminar, pontos básicos da Lei Orçamentária para 1991. O Executivo não poderá abrir créditos suplementares, sem limite e sem aprovação legislativa, como pretendia, e deverá se enquadrar em um figurino mais apertado para remanejar verbas.

As mudanças foram apresentadas no relatório do Deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) e deverão constar do parecer final do Presidente da Comissão, João Alves (PFL-BA), que tem uma batata quente na mão: justificar a elevação da receita em cerca de Cr\$ 752 bilhões, por conta de um possível aumento de arrecadação de impostos.

Este é o resultado dos relatórios parciais aprovados a toque de caixa esta semana. Quarta-feira, João Alves submeterá a versão final para aprovação na Comissão e, depois, ao plenário do Congresso.

A montagem dos relatórios parciais obedeceu a uma estudada estratégia. De um lado, os parlamentares contrariaram a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao aumentarem as despesas. De outro,

pretendem adoçar a equipe econômica destinando mais recursos ao resgate da dívida interna, ao somarem Cr\$ 48 bilhões a todo lucro do Banco Central no próximo ano.

No projeto de Lei do Orçamento, ao Ministério da Economia caberia a decisão sobre atualização das dotações. O parecer de Genebaldo suprime este artigo, não abrindo mão da competência do Congresso de determinar a correção das verbas.

Os gastos sem limite, por conta do aumento de arrecadação, retorno de operações ou mesmo por saldo de exercício anterior foram contidos em 20%. Ou seja, se o Governo quiser abrir crédito suplementar não poderá ultrapassar a 20% da dotação de cada subprojeto ou subatividade. Para as empresas estatais prevaleceu a mesma regra, contrariando a pretensão do Ministério da Economia de zerar dotações e transferir recursos para outros programas. Sem limites somente os repasses para os Estados e Municípios, para a Educação e para o Fundo de Amparo ao Trabalho.

O relatório preliminar resolveu ainda a questão do pagamento da dívida externa dos governadores e prefeitos, que será igual ao esquema que a União negociar com seus credores internacionais.